

2012

Coleção  
**CEJA**  
OAB/RS

**Incentivos fiscais no Direito Ambiental  
e a efetivação do princípio do protetor-  
recedor na Política Nacional de  
Resíduos Sólidos (Lei N.º 12.305/2010)**

**Renan Eschiletti Machado Guimarães**

buqi

# Resumo de Incentivos Fiscais no Direito Ambiental e a Efetivação do Princípio do Protetor Recebedor na Política Nacional de Resíduos

O presente trabalho inicia com breve estudo das sanções positivas no âmbito da função promocional do Direito. Enfrenta, ainda, a tutela ambiental por meio da tributação e explicita como o desenvolvimento sustentável revela-se fim da tributação ambiental.

A segunda etapa desta pesquisa cuida das políticas públicas ambientais e apresenta especificidades atinentes aos incentivos fiscais. Em seguida, aborda a importância da efetivação do princípio do protetor-recebedor, demonstrando como isso se dá, ou tem potencial para tal, no que tange à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), tendo em vista seus princípios, objetivos e instrumentos.

Por derradeiro, demonstra como, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o incentivo fiscal é o instrumento mais adequado à efetivação do princípio do protetor-recebedor.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)